

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10510/002.587/91-51

Sessão de 14 de abril de 1994

ACORDÃO No. 104-11.335

Recurso no: 77.648 - IRPF - EX: DE 1990

Recorrente: MARIA JOSE TAVARES SANTOS

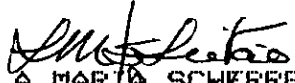
Recorrida: DRF EM ARACAJU - SE

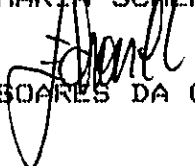
IRPF - Decorrência - Pelo princípio da decorrência, o resultado do julgamento do processo matriz reflete no do processo decorrente, em face da inquestionável relação de causa e efeito existente entre as matérias de fato e de direito que informam os dois procedimentos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MARIA JOSE TAVARES SANTOS.

ACORDAM os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Miguel Rendy e Sérgio Murilo Marelllo.

Sala das Sessões em 14 de abril de 1994.


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - PRESIDENTE E RELATORA


VISTO EM EDSON SOARES DA COSTA
SESSÃO DE: 14 ABR 1994

- PROCURADOR DA FAZENDA
NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Waldyr Pires de Amorim, Paulo Roberto de Castro (Suplente Convocado), Evandro Pedro Pinto e Carlos Walberto Chaves Rosas.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10510/002.587/91-51

RECURSO No.: 77.648

ACORDAO No.: 104-11.335

RECORRENTE : MARIA JOSE TAVARES SANTOS

R E L A T O R I O

A contribuinte supra-identificada recorre, a este Conselho, da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 01.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a empresa da qual o contribuinte é sócio, na área do imposto de renda/ pessoa jurídica, protocolizado na repartição local sob o no. 10510/002.585/91-25.

Nestes autos, cogita-se da cobrança do imposto de renda - pessoa física, no exercício de 1990, em decorrência de arbitramento de lucro da pessoa jurídica e que, por força do art. 403 do RIR/80 c/c as alterações introduzidas pela Lei no. 7.713, de 1988, se presume que o lucro seja distribuído em favor dos sócios ou titular da respectiva empresa.

Mantida a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 17/19.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10510/002.587/91-51

ACORDÃO No.: 104-11.335

Dessa decisão a contribuinte foi cientificado em 18.02.93 e, inconformado, ingressou com o recurso voluntário de fls. 22/23, em 05.03.93.

Como razões de recurso, o contribuinte se reporta aos fundamentos apresentados na peça inicial. 

E o relatório.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10510/002.587/91-51

ACORDAO No.: 104-11.335

V O I O

Conselheira LEILA MARIA SCHERRER LEITAO - Relatora

O recurso é tempestivo. Dele, portanto, tomo conhecimento.

Conforme relatado, a tributação objeto deste processo é decorrente da exigência fiscal formalizada na área do IRPJ, objeto do processo de no. 10510/002.587/91-51, cujo recurso foi protocolizado neste Conselho sob o no. 105.462.

Tratando-se de tributação reflexa, o seu suporte fático é o mesmo que embasou a exigência procedida no processo principal, não comportando, por isso mesmo, uma apreciação desvinculada levada a efeito naquele processo. Isto porque, segundo remansosa jurisprudência deste Colegiado, o decidido no processo da pessoa jurídica, quanto a matéria que, por sua natureza ou decorrência de lei acarrete reflexo na tributação das pessoas físicas, na fonte ou contribuições, faz coisa julgada nos processos decorrentes, eis que, houvesse possibilidade de novo pronunciamento sobre os mesmos fatos, poder-se-iam estabelecer eventuais contraditórios desaconselháveis sob o ponto de vista social e legal.

Como o processo principal foi objeto de deliberação deste Colegiado em sessão realizada em 11.04.94, não cabe nestes autos reabrir a discussão em torno da existência do suporte fático da exigência, uma vez que a matéria já foi amplamente debatida e examinada naquela ocasião. 

PROCESSO NO. 10510/002.587/91-51

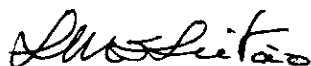
ACORDÃO No.: 104-11. 335

Na oportunidade, esta Câmara, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, como faz certo o Acórdão de no. 104-11.301, de 11.04.94.

Assim, considerando a decisão prolatada no processo principal através do Acórdão supramencionado, observado, ainda, o princípio da decorrência, outra não poderá ser a decisão neste processo.

Nesta ordem de juízos, nego provimento ao recurso.

Brasília - DF, em 14 de abril de 1994.



LEILA MARIA SCHERRER LEITAO - RELATORA